

## **MINUTA**

DECRETO MUNICIPAL Nº \_\_\_\_/2015

Institui o Manual de Operação e Fiscalização do Transporte Coletivo de Passageiros do Município do Rio Grande e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, no uso de suas atribuições legais, DECRETA o presente Manual de Operação e Fiscalização que é parte integrante das obrigações dos usuários, gestores públicos e, permissionários e concessionários dos serviços públicos de transporte coletivo do município;

Art. 1º. Fica instituído o Manual de Operação e Fiscalização do Transporte Coletivo, instrumento que define as regras e obrigações das empresas concessionárias dos serviços de transportes de passageiros e seus prepostos.

### **MANUAL DE OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO**

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 2º - Este Decreto contém medidas administrativas a cargo do Município na sua relação com os usuários, permissionários e concessionários do transporte coletivo do Rio Grande;

Art. 3º - É denominado de Sistema de Público de Transporte Coletivo de Passageiros todo o complexo de linhas regulares, itinerários, condutores, pontos de embarque e desembarque, sistema de cobrança ou isenção tarifária, garagens, pontos de comercialização de tarifas, de informações ao usuário e toda e qualquer atividade pública e privada necessária para a realização do transporte coletivo de passageiros no âmbito do Município do Rio Grande.

Art. 4º - Todos podem utilizar o Sistema de Transporte Público de Passageiros livremente mediante o pagamento da tarifa fixada pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º - Condutores são os prepostos contratados pelas empresas permissionárias ou concessionárias para conduzir os veículos, cobrar as tarifas e controlar a operação do Sistema Público de Transporte Coletivo de Passageiros.

**CAPÍTULO II**  
**DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE DOS SERVIÇOS PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS.**

Art. 6 - Incumbe ao CONCEDENTE, através do órgão gestor, além dos encargos previstos na legislação:

- a) planejamento , a regulamentação do serviço e a normatização técnica;
- b) a fiscalização, conforme normas regulamentares e contratuais;
- c) a aplicação de penalidades regulamentares e contratuais;
- d) intervir na prestação dos serviços nos casos previstos na legislação e do Contrato de Concessão;
- e) calcular e fixar as tarifas pública e de remuneração dos serviços de acordo com a legislação municipal e do Contrato de Concessão;
- f) gerenciar a receita resultante do pagamento das tarifas públicas feitas pelos usuários, visando a garantia do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão;
- g) implementar as medidas necessárias para a garantia do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão;
- h) cumprir e fazer cumprir disposições regulamentares dos serviços e cláusulas deste Contrato de Concessão;
- i) zelar pela boa qualidade dos serviços, em consonância com os mecanismos de avaliação de desempenho previstos neste Contrato de Concessão;
- j) apurar e solucionar queixas e cientificar os usuários das medidas tomadas;
- k) declarar de utilidade pública os bens necessários à execução dos serviços;
- l) estimular aumento da qualidade, produtividade e preservação do meio ambiente;
- m) estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;
- n) determinar a instalação de instrumentos de controle eletrônico

dos serviços e da receita, a utilização dos dispositivos pela Permissionária ou Concessionária e gerenciar os dados resultantes.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS PERMISSONÁRIAS OU CONCESSIONÁRIAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS**

Art. 7 - Incumbe à Permissionária ou Concessionária do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros do Rio Grande/RS, além dos encargos previstos na legislação:

- a) operar os serviços de modo a garantir segurança, regularidade, eficiência e comodidade, na forma da legislação;
- b) observar os procedimentos e as normas vigentes no Sistema Público de Transporte Coletivo de Passageiros;
- c) cobrar do usuário e arrecadar a tarifa paga em espécie ou, quando delegado pelo CONCEDENTE, sob forma de créditos eletrônicos em sistema de bilhetagem automática regularmente instituído;
- d) guardar, conservar, manter, reparar, remover veículos de sua frota, incluídos os de reserva, observadas as normas técnicas expedidas pelo CONCEDENTE;
- e) permitir livre acesso aos servidores públicos encarregados da fiscalização, em qualquer época, às instalações e equipamentos integrantes do serviço, bem como, de seus registros contábeis;
- f) manter no Município do Rio Grande/RS, durante o prazo de vigência do Contrato de Concessão, instalações, com escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista, previdenciária e demais pertinentes;
- g) zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, permitida contratação de seguros com terceiros;
- h) prestar informação aos usuários sobre os serviços, observados as normas estabelecidas;
- i) ressarcir os danos causados ao Município causados em decorrência da execução dos serviços;
- j) arcar com as despesas decorrentes da prestação de serviços;

k) substituir veículos que atingirem idade limite estabelecida pela legislação e manter perfil etário especificado para a frota em serviço;

l) realizar contratações, inclusive de mão-de-obra, conforme disposições de direito privado e trabalhista, não havendo qualquer relação entre terceiros contratados pelo Permissionária ou Concessionária e o CONCEDENTE;

m) informar, mensalmente, ao CONCEDENTE, os dados e informações operacionais, tais como, número de passageiros transportados por linha, número de pagantes por linha e por tipo de tarifa, quilometragem rodada por linha e por veículo, frota utilizada, número de motoristas e cobradores alocados por linha por mês, dentre outras determinadas pelo CONCEDENTE.

n) solicitar a anuência prévia do CONCEDENTE para transferência parcial ou total do controle acionária da Permissionária ou Concessionária;

o) responsabilizar-se, mesmo após a vigência do presente Contrato de Concessão, referente a ações judiciais trabalhistas e previdenciárias, assumindo, em qualquer circunstância como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.

#### **CAPITULO IV DA FROTA, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E DO PESSOAL DE OPERAÇÃO:**

**Art. 8** - Os veículos destinados ao cumprimento da permissão e ou concessão deverão atender a legislação federal e estadual e as especificações técnicas definidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 9 - A frota deverá ser emplacada no Município do Rio Grande/RS.

Art. 10 - A Permissionária ou Concessionária fica vedada de utilizar os veículos afetados ao serviço em atividades alheias ao objeto dos serviços delegados.

Art. 11 - A Permissionária ou Concessionária deverá dispor para a guarda e manutenção dos veículos, no Município do Rio Grande/RS, de garagem murada ou cercada, com área de estacionamento, pátio de manobra, escritório operacional e administrativo dentro dos padrões adequados ao bom cumprimento do Contrato de Concessão e das posturas e regulamentações municipais.

Art. 12 - A Permissionária ou Concessionária, seus empregados e prepos-  
tos são responsáveis diretos e exclusivos pelos serviços objeto dos serviços  
delegados ou concedidos, respondendo civil e criminalmente, por todos os  
danos e prejuízos que, na execução deles, venham direta ou indiretamente,  
provocar ou causar aos Passageiros, ao CONCEDENTE ou a terceiros.

Art. 13 - Caberá a Permissionária ou Concessionária o dever de empregar  
na operação, manutenção e atividades administrativas, pessoal habilitado e  
idôneo, dele exigindo perfeita disciplina, boa apresentação no exercício de  
suas funções e cordialidade no tratamento com os passageiros e o público  
em geral.

Art. 14 - Caberá a Permissionária ou Concessionária a responsabilidade de  
garantir que os motoristas, cobradores, fiscais e pessoal de manutenção,  
quando em serviço, estejam devidamente uniformizados, identificados e mu-  
nidos de equipamentos de segurança exigidos por lei.

Art. 15 - O CONCEDENTE se reserva o direito de solicitar da CONCESSIO-  
NÁRIA, sempre que entender necessário, a apresentação de documentação  
de controle de empregados, bem como, solicitar a imediata substituição de  
empregado que dificulte a ação de coordenação e fiscalização, além de  
prescrever requisitos mínimos adicionais de capacitação profissional.

## **CAPITULO V DO CONTROLE DOS SERVIÇOS**

Art. 16 - O controle e a fiscalização dos serviços, conforme especificado  
neste Contrato de Concessão e na legislação vigente, será exercido pelo  
CONCEDENTE, devendo a Permissionária ou Concessionária providenciar  
para que os agentes credenciados tenham livre acesso aos veículos, às  
instalações e às demais dependências ligadas à operação dos serviços.

Art. 17 - O controle e a fiscalização consistirá em:

- a) vistoria dos veículos empregados no serviço, em conformidade  
com a regulamentação do CONCEDENTE;
- b) determinação de retirada de operação dos veículos considera-  
dos fora das condições de uso, nos aspectos técnicos ou por ame-  
aça à segurança dos prepostos e usuários;
- c) fiscalização da habilitação, apresentação e bom  
atendimento do pessoal de operação;
- d) fiscalização da observância de itinerários, horários ou

freqüências, de pontos, terminais e de parada;

e) conferência, controle, fiscalização, especificação, certificação e lacreamento dos equipamentos de controle de receita, do número de passageiros e da operação, assim como coleta dos dados produzidos pelos mesmos;

f) conferência, controle e fiscalização da fêria diária em espécie, bilhetes, passes, dispositivos eletrônicos do Sistema de Bilhetagem Eletrônica ou outros padrões de pagamento estabelecidos pelo CONCEDENTE;

g) lavratura de autos de infração por descumprimento de cláusulas contratuais e disposições regulamentares.

h) Alteração emergencial de itinerário e determinação de inclusão de veículo extra em linhas com lotação de veículo acima daquela adequada para os níveis de qualidade dos serviços;

Art. 18 - Sempre que necessário, o CONCEDENTE adotará formulários padronizados para controle da arrecadação, da produção e do número de passageiros, cujo preenchimento e entrega em prazo determinado constitui obrigação da Permissionária ou Concessionária, respondendo a mesma pelas informações prestadas.

Art. 19 - O CONCEDENTE adotará certificados de vistoria dos veículos, cujo porte permanente constituirá obrigação da Permissionária ou Concessionária.

Art. 20 - A verificação, por parte da fiscalização, da regularidade dos serviços, equipamentos, do pessoal e dos atos administrativos da Permissionária ou Concessionária não a exime da responsabilidade pelos danos por ela causados ao CONCEDENTE, aos usuários e a terceiros.

Art. 21 - Ao final de cada ano fiscal, a Permissionária ou Concessionária deverá apresentar ao CONCEDENTE demonstrativos financeiros e de resultados demonstrando sua boa saúde financeira.

Art. 22 - A Permissionária ou Concessionária deverá instalar ou autorizar a instalação de dispositivo de controle eletrônico de passageiro, arrecadação tarifária e controle de demanda, tanto nos veículos quanto nas garagens vinculadas aos serviços, se responsabilizando pelas condições de funcionamento dos mesmos.

Art. 23 - Os equipamentos eletrônicos a que se refere o parágrafo anterior deverão ser instalados por pessoal técnico credenciado pelo CONCEDENTE, sendo vedado à Permissionária ou Concessionária, a

imposição de qualquer impecílio para entrada, permanência e realização das atividades de instalações e manutenção dos equipamentos nos veículos.

## **CAPITULO VI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES DO CONTRATO**

**Art. 24** - Pela inobservância total ou parcial das obrigações previstas na legislação em vigor e neste Contrato de Concessão o CONCEDENTE poderá, de acordo com a natureza da infração, aplicar à Permissionária ou Concessionária as penalidades cabíveis, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação federal de concessões e na legislação municipal;

**Art. 25** - Das Infrações e suas Penalidades:

**a)** atrasar a entrada em operação dos serviços dentro do prazo máximo fixado neste Contrato de Concessão:

PENALIDADE: multa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) com atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC- medido pelo IBGE;

PENALIDADE: declaração de caducidade da Concessão;

**b)** deixar de cumprir parcialmente ou totalmente e nas condições expressas pelo Edital e seus Anexos, os serviços objetivos do presente Contrato de Concessão:

PENALIDADE: Multa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) com atualização monetária pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC medido pelo IBGE a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão;

PENALIDADE: declaração de caducidade da Concessão

**c)** não manutenção da frota nas condições especificadas no Edital e seus Anexos e no Contrato de Concessão:

PENALIDADE: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais por veículo em desacordo com a especificação do Contrato de Concessão;

**d)** descontinuidade dos serviços por motivo de paralização dos trabalhadores ou outra causa que não seja calamidade pública ou motivo de força maior especificada no Contrato de Concessão:

PENALIDADE: Multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por dia de paralização total do Sistema;

PENALIDADE: Multa de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) por dia para paralização parcial do Sistema;

e) não informar em prazo contratual, omitir ou alterar as informações referentes aos dados das tarifas pagas em espécie pelos passageiros a serem entregues ao CONCEDENTE:

PENALIDADE: Multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por ocorrência;

f) apresentar a quantidade de reclamações dos usuários medida pelo CONCEDENTE em índices igual ou superior a 5% do total da demanda/mês:

PENALIDADE: multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada ponto percentual de reclamação acima de 5% do total da demanda do mês respectivo;

g) apresentar quantidade de multas de operação prevista na legislação municipal, como por exemplo, descumprimento de tabela horária, frota em desacordo com legislação, deixar passageiros nos pontos de embarque, motoristas e cobradores sem uniformes, entre outros, aplicada pela CONCEDENTE em percentuais igual ou acima de 10% (dez por cento) do total em viagens realizadas no mês:

PENALIDADE: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a cada ponto percentual acima de 10% (dez por cento) do total de viagens realizadas no mês respectivo;

h) pelo cometimento de deficiência grave na prestação dos serviços que comprometa a qualidade e o nível de confiança dos usuários no Sistema Público de Transporte Coletivo de Passageiros:

PENALIDADE: multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) com atualização monetária pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo IBGE a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão;

**Art. 26** - Da aplicação da multa contratual caberá recurso ao CONCEDENTE, com efeito suspensivo da pena, no prazo de 15 (quinze) dias da notificação da infração;

**Art. 27** - A improcedência do recurso acarretará imposição da penalidade, com o desconto do valor da garantia contratual prestada pela



Permissionária ou Concessionária no montante correspondente a penalidade, ressalvadas diferenças superiores para cobrança administrativa ou judiciais.

**Art. 28** - A procedência do recurso ou a suspensão da pena não inibirá a Permissionária ou Concessionária de sanear a falha que deu origem à notificação.

**Art. 29** - Para efeito do disposto na alínea “h” do item 13.2 das infrações e penalidade considera-se deficiência grave na prestação dos serviços:

- a) redução superior a 20%(vinte por cento) das viagens em qualquer das linhas do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros;
- b) reiterada inobservância de itinerário ou frequências mínimas determinadas, salvo motivo de força maior;
- c) não atendimento de advertência expedida pelo CONCEDENTE no sentido de retirar de circulação veículo julgado sem condições adequadas para o serviço;
- d) descumprimento, de parte da Permissionária ou Concessionária, da legislação trabalhista, de modo a comprometer a continuidade dos serviços;
- e) ocorrência de irregularidade contábil, fiscal e administrativa, apuradas mediante Auditoria, que possam intervir na consecução dos serviços ou mesmo comprometer o controle e a fiscalização dos serviços;

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES DA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Art. 30** - Constitui infração LEVE:

I - tráfegar com veículo sem a identificação da linha, itinerário, valor da tarifa e demais informações determinadas pelo Poder Público Municipal.

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

II - fumar ou conduzir, acesos, cigarros ou semelhantes em veículos de transporte coletivos.

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

III - conversar ou, de qualquer forma, perturbar o motorista nos veículos de transporte coletivo quando estes estiverem em movimento;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

IV - utilizar aparelhos sonoros nos veículos de transporte coletivo, tanto os passageiros como a tripulação;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

V - negar troco ao passageiro, tomando-se por base a proporção vinte por um (20/1) do valor da nota e do valor da passagem, respectivamente;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

VI - o motorista ou cobrador de veículo de transporte coletivo tratar o usuário com falta de urbanidade;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

VII - recusar-se, o motorista ou cobrador, em veículo de transporte coletivo, a embarcar passageiros, sem motivo justificado;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

VIII - encontrar-se em serviço, motorista ou cobrador, em ônibus sem estar devidamente asseado e adequadamente trajado, sendo-lhe facultado:

a) usar gravata;

b) usar bermuda padronizada, de comprimento sobre o joelho;

c) usar camisa, tipo comum ou aviador, de mangas compridas ou de meias-mangas;

d) usar calçado aberto, tipo sandália, preso ao pé.

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs.

IX - permitir, em veículos coletivos, o transporte de animais e de bagagem de grande porte ou em condições de odor ou segurança de modo a causar incômodo ou perigo aos passageiros;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

X - trafegar com veículo coletivo transportando passageiros fora do itinerário determinado, salvo situação de emergência;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

XI - transportar passageiros além do número licenciado;

Pena: multa de 14 URMs

XII - trafegar com pessoas agarradas às portas ou a qualquer parte externa do veículo;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

XIII - abastecer veículo de transporte coletivo portando passageiros;

Pena: multa de 14,00a 21,00 URMs

XIV - nos veículos de transporte coletivo, o embarque ou o desembarque de passageiros pela porta que não seja para isso destinada, conforme estabelecer a Secretaria Municipal dos Transportes:

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

XV - o motorista interromper a viagem sem causa justificada;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

XVI - estacionar fora dos pontos determinados para embarque ou desembarque de passageiros ou afastado do meio-fio, impedindo ou dificultando a passagem de outros veículos;

Pena: multa de 3,50 a 10,50 URMs

XVII - abandonar na via pública veículo de transporte coletivo com o motor funcionando;

Pena: multa de 3,50 a 10,50 URMs

XVIII - trafegar o veículo de transporte coletivo por ônibus sem a indicação, isolada e colocada acima de sua parte fronteira, do número da linha, ou com a luz do letreiro ou do número da linha apagada.

Pena: multa de 5,00 URMs

XIX - trafegar com as portas abertas;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

XX - colocar em tráfego veículo de transporte coletivo em mau estado de conservação ou de higiene;

Pena: multa de 3,50 a 17,50 URMs

XXI - dirigir veículo de transporte coletivo com excesso de velocidade, impedindo a passagem de outro, ou, de qualquer forma, dificultando a marcha de outros;

Pena: multa de 12,70 URMs

XXII - trafegar com o selo de vistoria vencido, rasurado ou recolhido;

Pena: multa de 14,00 a 21,00 URMs

XXIII - não constar nas portas laterais dos veículos de transporte coletivo a fixação de lotação, das tarifas e do itinerário.

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

XXIV - a falta de cumprimento da tabela horária oficial das linhas de transporte coletivo, que constará afixada juntamente com o itinerário, em local determinado pela SMT, nos terminais de linha e nas estações dos corredores de ônibus.

Pena: multa de 5,00 a 14,00 URMs

XXV - recusar-se a exhibir documentos à fiscalização, quando exigido;

Pena: multa de 0,70 a 3,50 URMs

XXVI - não atender às normas, determinações ou orientação da Fiscalização;

Pena: multa de 0,35 a 10,50 URMs

XXVII - trabalhar, motorista, cobrador, fiscal e largador de ônibus, sem identidade da Secretaria Municipal dos Transportes;

Pena: multa de 3,00 URMs para infrator primário, dobrando-se a penalidade a cada reincidência

XXVIII - trafegar o veículo de transporte coletivo sem ter afixada, em local visível em seu interior, a tabela horária oficial da linha;

Pena: multa de 1,00 a 2,00 URMs

Art. 31 – Constitui infração MÉDIA:

I – A reincidência sistemática de infrações leves demonstrando desinteresse em mudar o comportamento infracional.

Pena: Multa de 150 URMs

II – recusar-se a parar para o embarque de idosos e para pessoas portadoras de necessidades especiais;

Pena: Multa de 180 URms

III – Veículo de transporte coletivo tragefar sem o documento de licenciamento expedido pelo DETRAN.

Pena: Multa de 120 URMs

IV – Condutor de veículo de transporte coletivo conduzir o veículo sem o documento de habilitação ou com documento de habilitação vencido.

Pena: Multa de 120 URMs.

Art. 18 – Constitui infração GRAVE:

I – A reincidência sistemática de infrações médias demonstrando desinteresse em mudar o comportamento infracional.

Pena: Multa de 500 URMs

II – Existência de qualquer espécie de trabalho infantil nas dependências do Sistema de Transporte Público de Passageiros.

Pena: Multa de 250 URMs

III - O não cumprimento das obrigações contratuais fixadas no contrato e no edital de licitação;

Pena: Multa de 150 a 700 URMs.

IV – A suspensão injustificadas dos serviços de transportes parcial ou totalmente;

Pena: Hum por cento (1%) do valor do contrato

V – O não recolhimento dos tributos municipais, estaduais e federais;  
Pena: Hum por cento (1%) do valor do contrato.

VI – O não pagamento dos motoristas, cobradores e demais funcionários de seus salários, direitos trabalhistas e demais vantagens e benefícios.  
Parágrafo Único – As faltas graves serão punidas com multa de 1% do valor do contrato e na reincidência, com o cancelamento unilateral do contrato de concessão.

Art. 32 - Fica proibido;

I - a utilização de buzinas, trompas, apitos, tímpanos, sinos, campainhas e sirenas ou de quaisquer outros aparelhos semelhantes nas garagens ou terminais de embarque e desembarque, exceto aqueles expressamente permitidos pelo Poder Público Municipal;  
Pena: Multa de 3,50 a 17,50 URMs

II - a utilização de anúncios de propaganda sem autorização do Poder Público Municipal.  
Pena: Multa de 3,50 a 10,50 URMs

III - a utilização de alto-falantes, fonógrafos, rádios e outros aparelhos sonoros no interior do veículo, como meio de propaganda, ou para outros fins, perturbando os usuários.  
Pena: multa de 3,50 a 10,50 URMs

IV - as oficinas e garagens depositarem ou encaminharem a cursos d'água, lagos e reservatórios de água os resíduos ou detritos provenientes de suas instalações.  
Pena: multa de 17,50 a 35,00 URMs

V - canalizar esgotos das garagens ou de terminais de bairros para a rede destinada ao escoamento de águas pluviais.  
Pena: multa de 17,50 a 35,00 URMs

VI – circular com veículos que provoquem ruídos e barulhos acima dos limites permitidos por este decreto.

Art. 20 - Os níveis máximos de intensidade de som ou ruído permitido para o transporte coletivo são os seguintes:

- a) - em zonas residenciais: 60 decibéis (60 db) no horário compreendido entre 7h e 19h, medidos na curva “b” e 45 decibéis (45 db) das 19h às 7h, medidos na curva “A”;
- b) - nas zonas industriais: de 85 decibéis (85 db) no horário compreendido entre 6h e 22h, medidos na curva “B” e 65 decibéis (65 db) das 22h às 6h, medidos na curva “B”;
- c) - em zonas comerciais: de 75 decibéis (75 db), no horário compreendido entre 7h e 19h, medidos na curva

“B”, e 60 decibéis (60 db) das 19h às 7h, medidos na curva “B”.

## **CAPITULO VIII DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**

Art. 33 – Os processos administrativos de defesa e recurso de imposição das penalidades estabelecidas neste decreto deverão ser interpostos, por escrito, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal do Rio Grande, devidamente instruídos com a cópia da notificação de infração, a justificativa fundamentada da defesa ou recurso e a assinatura do representante legal da empresa concessionária.

Art. 34 – Acolhido a defesa ou o recurso, a Administração Municipal terá o prazo de 15 (quinze) dias para deferir ou indeferir o mesmo, notificando por escrito os motivos de sua decisão.

Art. 35 – Da interposição de penalidades caberá recurso ao Prefeito Municipal que somente será aceito perante a comprovação do pagamento da multa imposta.

Parágrafo Único – No caso do recurso ser admitido o valor da penalidade será restituído com juros e correção monetária no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 36 - Notificação é o processo administrativo formulado por escrito, através do qual se dá conhecimento à parte de providência ou medida que a ela incube realizar.

Art. 37 - A verificação pelo agente administrativo da situação proibida ou vedada pela legislação gera a lavratura de auto de infração, no qual se assinala a irregularidade constatada e se dá prazo de quinze dias para oferecimento de defesa.

Art. 38 - Os autos de infração obedecerão a modelos padronizados pela Administração Municipal.

Art. 39 - Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

Art.40 - Na ausência de oferecimento de defesa no prazo legal, ou de ser ela julgada improcedente, será imposta pelo titular da Secretaria Mobilidade Urbana e Acessibilidade.

Parágrafo único - Nas reincidências as multas serão cominadas progressivamente em dobro.

Art. 41 - Será notificado o infrator da multa imposta, cabendo recursos ao Prefeito Municipal, a ser interposto no prazo de quinze dias.

Parágrafo único - O recurso deverá ser acompanhado da prova de ter sido efetuado o depósito da multa imposta no órgão próprio.

Art. 42 - Negado provimento ao recurso, o depósito será convertido em pagamento.

Art. 43 - A multa imposta, da qual não tenha sido interposto recurso, deverá ser paga no prazo de quinze dias. O não pagamento de multa com trânsito em julgado será considerada falta grave.

Art. 44 - Quando couber, será aplicada, a critério da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Acessibilidade, concomitantemente com a multa, a pena de apreensão do veículo sendo o mesmo recolhido mediante recibo descritivo.

Parágrafo Único - Nos casos de apreensão de veículo do Sistema de Transportes Público de Passageiros o mesmo será recolhido aos depósitos do Município. A devolução do veículo só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenização ao Município das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

## **CAPITULO IX DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 45 – O presente Manual de Operações e Fiscalização do Município do Rio Grande passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Rio Grande,        de        de 2015.